



25 DE ABRIL: OS DESAFIOS PARA PORTUGAL NOS PRÓXIMOS 30 ANOS

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES DOS 30 ANOS DO 25 DE ABRIL

Título: 25 de Abril: Os Desafios para Portugal
nos Próximos 30 Anos

Edição: Presidência do Conselho de Ministros
Comissão das Comemorações dos 30 Anos do 25 de Abril

Tiragem: 1200 exemplares

Impressão e acabamentos: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Data de impressão: Dezembro de 2004

ISBN: 972-27-1369-8

Depósito legal: 219 327/04

COMISSÃO DE HONRA DAS COMEMORAÇÕES
DOS 30 ANOS DO 25 DE ABRIL

Dr. Carlos Horta e Costa, presidente dos CTT.
Dr. Vítor Martins, presidente da CGD.
Dr. Miguel Horta e Costa, presidente da PT.
Eng. Jardim Gonçalves, presidente do Conselho de Administração do Millennium BCP.
Eng. Ferreira do Amaral, presidente do Conselho de Administração da GALP.
Dr. Artur Santos Silva, presidente do Conselho de Administração do BPI.
Eng. Francisco Sanchez, presidente do Conselho de Administração da EDP.

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Queiroz, professor universitário e treinador desportivo.
Clara Ferreira Alves, jornalista e escritora, directora da Casa Fernando Pessoa.
Guta Moura Guedes, *designer* e directora da Experimenta Design.
Luís Campos e Cunha, director da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.
Nuno Crato, matemático e professor do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
Rui Vieira Nery, musicólogo e professor universitário.

30 ANOS 30 PERSONALIDADES — 30 JOVENS HOMENAGEADOS

Alexandra Moura — *moda*
André Carrilho — *ilustração*
António Gomes — *design gráfico*
Beatriz Batarda — *cinema/teatro*
Diogo Gomes — *matemático/investigação*
Fernando Ferreira — *desporto/boccia*
Filipa Cavalleri Serpa — *desporto/judo*
Filipe Santos — *economia*
Hélia Neves — *bióloga/investigação*
Joana Carneiro — *maestrina*
João Carrilho — *vídeo arte*
José Vieira Mendes — *dramaturgia*
Kátia Guerreiro — *fado*
Luís de Sousa — *político/investigador*
Luís Pessanha — *design industrial*
Maria Bleck Soares — *fotografia*
Montezuma Dumangane — *econometria*
Noé Sendas — *artista plástico*
Nuno Markl — *comédia*
Nuno Miguel Cardoso Santos — *astronomia/investigação*
Pauleta — Pedro Miguel Carreiro Resendes — *desporto/futebol*
Paulo Gomes — *gestão*
Pedro Amaral — *compositor*
Pedro Carneiro — *percussionista*
Pedro Magalhães — *investigador/ciências sociais*
Raquel Carvoeiras — *empresária*
Rita Nunes — *documentário*
Rui Ângelo Araújo — *director/Revista Periférica*
Sónia Tavares — *música/The Gift*
Tiago Cabral — *empresário*

PREFÁCIO

Penso que valeu a pena assumirmos um vasto programa de comemorações dos trinta anos do 25 de Abril.

Trinta anos depois, procurámos encontrar interpretações diferenciadas e visões mais e menos objectivas de um momento da nossa história, que marcou, de forma incontornável, como muitos outros ao longo dos séculos, os Portugueses.

Porque o «25 de Abril de 1974» não deve ser contado a uma só voz, nem tão-pouco ser visto sob um único olhar.

Por isso, quisemos, sobretudo, acrescentar informação. Informação sobre o que se passou, em Portugal, desde 1974, sobre a evolução do nosso país desde aquele ano.

Tratou-se de um projecto com dois grandes objectivos.

Primeiro, confirmar o quanto Portugal se desenvolveu nestes últimos trinta anos, lembrando, a todos, as mudanças que se viveram desde a «Revolução de Abril».

Mais do que comemorar o passado, pretendemos celebrar o presente. Porque é no presente que encontramos o maior legado de todos: a evolução da democracia.

Segundo, envolver os jovens nesta comemoração, tornando-lhes mais familiares muitos dos acontecimentos ocorridos há trinta anos atrás e possibilitando-lhes um melhor conhecimento da evolução do seu país.

Um envolvimento que é para nós determinante, pois é dos jovens portugueses que dependerá, sem qualquer sombra de dúvida, a construção dos próximos trinta anos.

Nesta obra ficam alguns dos desafios que, seguramente, temos pela frente. Daqui a trinta anos, saberemos o que fomos capazes de conquistar.

Lisboa, 25 de Outubro de 2004.

NUNO MORAIS SARMENTO
Ministro de Estado e da Presidência

PENSAR OS PRÓXIMOS TRINTA ANOS

Passados trinta anos do 25 de Abril, Portugal é uma democracia consolidada e um país mais moderno e desenvolvido. Fazer um balanço e pensar os próximos trinta foi o desafio que lançámos a um grupo de portuguesas e portugueses que nasceram e cresceram em Democracia e também a algumas personalidades destacadas da vida política, profissional, académica e cultural.

Quando fui convidado para Comissário para as Comemorações dos 30 Anos do 25 de Abril pelo então primeiro-ministro, Dr. José Manuel Durão Barroso, o mote das celebrações oficiais então definido foi o de celebrar o seu legado central: a chegada à maturidade da democracia portuguesa e da primeira geração de cidadãos que nasceram e cresceram numa sociedade aberta e pluralista. O objectivo destas celebrações foi assim o de devolver à sociedade portuguesa o retrato deste processo de mudança, visando sobretudo as gerações mais novas.

Nesta perspectiva, uma das iniciativas deste Comissariado foi o de destacar trinta personalidades da primeira geração que nasceu e cresceu em democracia que fossem representativas da dinâmica da sociedade portuguesa. Para o efeito, foi criado um Conselho Consultivo deste Comissariado, constituído por Clara Ferreira Alves, Nuno Crato, Luís Campos e Cunha, Guta Moura Guedes, Rui Vieira Nery e Carlos Queiroz, que as destacou. Todos prestaram depoimentos à RTP e participaram em várias outras iniciativas no quadro das celebrações. Pedi-lhes então que apontassem propostas nas suas áreas para os próximos trinta anos e dirigi também um convite análogo a outras persona-

lidades. O presente livro recolhe os depoimentos que nos foram enviados, que, espero, sejam um contributo para os desafios da modernidade de Portugal.

Gostaria de agradecer a todos, às autoras e autores e ainda às assessoras Maria Cecília Cameira e Maria Inácia Rezola a dedicação e o auxílio não só na publicação desta obra, mas também nas outras actividades do Comissariado.

ANTÓNIO COSTA PINTO

Comissário das Comemorações dos 30 Anos do 25 de Abril

ECONOMIA, EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

A ECONOMIA PORTUGUESA DENTRO DE TRINTA ANOS

JORGE BRAGA DE MACEDO

Professor universitário

A economia portuguesa dentro de trinta anos vai depender da interacção entre a economia global e a governação nacional e europeia. Se esta interacção for positiva, a economia será globalmente competitiva, atraindo activos e criativos de todo o mundo. Se a interacção for negativa, a governação nacional tenderá a esvaziar-se e os activos e criativos deixarão o território. Esta atracção para os economistas chama-se exportação. Ou seja, do ponto de vista da economia global, exporto, logo existo. E não exporta quem quer, exporta quem souber. Mais, a reputação de saber nunca se pode considerar adquirida, porquanto os melhores padrões mundiais também mudam. Tanto as empresas como a Administração Pública têm de continuar a alterar o modo de fazer as coisas, porque só assim conseguem prosseguir duravelmente o bem comum, assente num ciclo virtuoso entre liberdades e pertenças. Esta grelha de leitura, adiante explicada, aplica-se a qualquer economia na era da globalização. A globalização pode recuar nos próximos trinta anos, em resposta ao sentimento de insegurança que se tem generalizado nos países seus motores, mas o espaço económico europeu há-de continuar a ser muito maior do que o português, pelo que vem dar ao mesmo. O que distingue a economia portuguesa é um indicador de interacção positiva que a maior parte dos outros parceiros europeus não possuem e que

se pode colocar sob forma de pergunta. Será que a revolução de 1974 ainda vai marcar a nossa cultura económica em 2034, como o fez até 2004? Não, se soubermos exportar.

Na resposta condicional vem uma interpretação do que seja cultura económica e do modo como ela tem inquietado a nossa consciência colectiva. A cultura económica reflecte o estado dos economistas perante os intelectuais, os empresários e o público em geral: mau grado a ascensão da nova economia em Portugal, o seu contributo para entender a evolução económica nacional em termos interdisciplinares ainda suscita dúvidas na *intelligentsia*. Na minha contribuição aos *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo* (Lisboa, INIC, 1992), inspirei-me numa frase premonitória escrita pelo homenageado em 1980 para investigar como a economia consegue juntar a ética e questões de política: «a questão mais complexa e ameaçadora [...] é a forma de [a] substituir [a degradação do socialismo], sem que isso envolva o regresso ao capitalismo, também amoral, mas, apesar de tudo, menos opressivo e mais capaz de dar garantias à autonomia dos homens, face ao poder». Complexidade e ameaça que ficaram connosco mas que permitem pensar o futuro da economia portuguesa através das consequências económicas da última das quatro revoluções vitoriosas do século xx. Até porque, revoluções, quanto mais velhas, melhor. Ao falar das consequências (boas ou más) da francesa, bem se disse que ainda era cedo para avaliar: os próprios Franceses aceitam a ruptura iniciada em 14 de Julho de 1789 mas não gostam de a avaliar. Será que a polémica caseira à volta da falta do R em evolução é a nossa maneira de ser franceses trinta anos depois? É difícil excluir a hipótese, tal a osmose da cultura política — e económica — com os vizinhos de além-Pirenéus.

Mas trinta anos depois continua a ser útil analisar o processo, por ter levado em 1975 a um recuo na interdependência económica internacional, penosamente construída depois da Segunda Guerra Mundial, que não teve paralelo na Europa ocidental. Recuo geopolítico, em que as referências passaram a ser terceiro-mundistas, para não alinhar no diapasão leste-oeste (que a citação inicial de 1980 já denunciava!). Mau grado a adesão às Comunidades Europeias em 1986, o recuo na interdependência só terminou no Verão de 1989. Até então, e en-

quanto na Polónia e na Hungria se antecipava a queda do Muro de Berlim, a Constituição de 1976 continuava a proibir as privatizações (a que chamava em terminologia soviética «conquistas irreversíveis dos trabalhadores»). Qualquer que seja o ritmo das reformas estruturais que a «mãe de todas as revisões constitucionais» permitiu, nos primeiros quinze anos depois de Abril a economia foi sujeita a uma governação que tirava com uma mão o que não dava com a outra.

E nos quinze anos seguintes, assegurada a convergência entre interdependência económica internacional e sensibilidade política mútua, nem por isso o ritmo das reformas foi sustentado. Isto porque ainda pesava a herança dos quinze anos de divergência. Torna-se na verdade mais difícil acertar pactos de regime quando não existem constituências no sentido de as reformas se fazerem nos ciclos altos, o que muito limita o seu impacto e as torna vulneráveis a reversões logo que a recessão ameaça. Contudo, mostrou-se que era possível governar em democracia sem hipotecar o futuro, embora o enfiamento para o défice estivesse connosco, ainda mais do que a Europa era suposta estar nas eleições de 1976. Se a revolução de 1974 e a revisão de 1989 chegam para perceber os passados trinta anos, não podem contudo iluminar os futuros trinta sem um terceiro R, afinal primordial, que vem de República. Não primordial por continuar uma série de revoluções, iniciada em 1910, continuada em 1917, 1926 e 1974. Nem primordial por conter as referências políticas da esmagadora maioria dos portugueses. Afinal, referências políticas esmagadoramente maioritárias podem esconder indiferença perante a coisa pública (que, vale lembrar, significa o terceiro R em latim) e a República Portuguesa não está decerto sozinha nesse continente das referências políticas vazias.

O terceiro R é primordial por causa da permanência no debate político nacional de um «tropismo republicano», radicado na Revolução Francesa e na filosofia das Luzes, subscrevendo à ideia marxiana da «religião como ópio do povo» e enaltecendo a igualdade uniformista do socialismo real, na linha do frentismo soviético. Longe de puramente geopolítico, o tropismo republicano ignora que a liberdade financeira presente é o seguro da liberdade política futura e, numa obsidiante procura identitária, despreza a multiplicidade das pertenças dos

povos. Além disso, fala francês ao ponto de Chantal Delsol o considerar «uma questão francesa» no seu *La République* (Paris, PUF, 2002). Mas o tropismo republicano português também considera que a República é «a moral da política», da qual decorre uma igualdade que despreza o homem concreto em favor de uma hipotética *tabula rasa* perfeitamente ilustrada pelos discursos que Michelet fazia aos futuros professores — para não falar já no «bom selvagem»... Tal como há cem anos, o tropismo republicano mantém-se contra a vontade do povo. Isso mesmo: o terceiro R tem mais a ver com a república nobiliárquica de Veneza do que com a regra da maioria. Os professores do terceiro R julgam o povo «pobre e mal agradecido» quando prefere a liberdade e a solidariedade concretas à democracia «popular». Assim aconteceu durante ciclos virtuosos que contribuíram para a lusofonia como bem comum — e devem continuar a contribuir, esquecendo velhos tropismos e pondo a República no lugar de aluno e não de professor da Democracia.

Esclarecida a cultura económica e política que animam o discurso, voltemos à resposta condicional dada no início. Ao longo da nossa história, soubemos exportar e importar bens, serviços, capitais e pessoas para todo o mundo. Graças a instituições políticas caldeadas pela defesa nacional, chegámos a protagonizar a globalização económica e cultural oriunda da Europa. Quando cessou a ameaça espanhola, porém, a constituição fiscal foi afectada por sucessivos choques adversos, dificultando os efeitos da pressão externa para o bem comum. Entre 1797 (declaração de inconvertibilidade do real) e 1834 (Convenção de Évora Monte), sucedem-se a crise financeira, as invasões francesas, a perda das receitas dominiais brasileiras e a guerra civil. Mais de trinta anos de instabilidade social e política, cujas consequências económicas nos deixaram à margem da globalização protagonizada pela mais velha aliada. Chegámos exangues ao século xx e deixámo-lo com a mesma fragilidade financeira. Será que a economia portuguesa do século xxi se vai ressentir das falhas inicial e terminal do século anterior? De novo, não, se soubermos exportar. Mas para exportar temos de encorajar a pressão externa e pôr a constituição fiscal ao serviço do bem comum, sabendo que este se tornou global.

ÍNDICE

Prefácio de S. Ex. ^a o Ministro de Estado e da Presidência, Dr. NUNO MORAIS SARMENTO	9
--	---

Introdução do Comissário das Comemorações dos 30 Anos do 25 de Abril, Prof. Doutor ANTÓNIO COSTA PINTO	11
---	----

ECONOMIA, EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO

JORGE BRAGA DE MACEDO A economia portuguesa dentro de trinta anos	15
--	----

RAQUEL CARVOEIRAS Uma reflexão sobre o tecido empresarial português	27
--	----

EDUARDO MARÇAL GRILLO O futuro da educação em Portugal — o desafio da educação	33
---	----

MONTEZUMA BOAVENTURA GUIMARÃES DUMANGANE O ensino da matemática em Portugal	43
--	----

GUTA MOURA GUEDES Observações sobre o <i>design</i> em Portugal — passado, presente e futuro	51
--	----

ALEXANDRA MOURA O futuro da moda em Portugal	61
---	----

O FUTURO DA DEMOCRACIA E DAS RELAÇÕES EXTERNAS PORTUGUESAS

NUNO SEVERIANO TEIXEIRA	
As relações internacionais	67
LUÍS DE SOUSA	
25 de Abril: trinta anos depois	77
MARINA COSTA LOBO	
Uma democracia despolitizada?	83
PEDRO MAGALHÃES	
Teorias da democracia	91
AMÉLIA PAIVA	
Século XXI: um século mais igual e mais justo	97

CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO

NUNO CRATO	
Ciência em Portugal: os próximos trinta anos	107
HÉLIA CRISTINA OLIVEIRA NEVES	
O futuro da investigação científica em Portugal	113
NUNO SANTOS	
Algumas reflexões sobre o futuro da ciência em Portugal	123

LÍNGUA E CULTURA

VASCO GRAÇA MOURA	
O futuro da língua portuguesa, ou mais uma «geração perdida»	131
RUI ÂNGELO ARAÚJO	
Oráculo (uma reflexão sobre o futuro da língua portuguesa)	139
JOSÉ VIEIRA MENDES	
O futuro do teatro em Portugal	145
KÁTIA GUERREIRO	
No passado, no presente e no futuro, o fado... em que mãos?	149